



A potencialização da interação no webjornalismo participativo: um modelo comunicacional democrático? ¹

Cristiane Lindemann²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

O artigo aborda as relações de interação no webjornalismo participativo, que resulta da intersecção de três elementos: o computador, a Internet e a web 2.0. Trata-se de uma prática em que qualquer internauta é potencialmente um jornalista, podendo contribuir com a produção de conteúdo em *sites* afins. A principal característica do webjornalismo participativo é a substituição do modelo transmissionista emissor-meio-mensagem-receptor por um modelo de comunicação descentralizado. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é refletir sobre a prática do webjornalismo participativo e a possibilidade de democratização da comunicação.

Palavras-chave: jornalismo; webjornalismo participativo; interação; democratização da comunicação.

1 Introdução

O impacto provocado pelas tecnologias digitais de comunicação e informação no cotidiano da sociedade também atinge a prática jornalística. Se, num primeiro momento, os computadores chegaram às empresas para facilitar o trabalho de redação e edição, com a emergência da Internet pode-se dizer que as formas de busca de informações, de contato com as fontes e com o público foram igualmente afetadas. Todo o processo de captação, apuração, edição e divulgação de notícias é influenciado pela tecnologia.

Além disso, muitas empresas agregaram à sua lista de serviços novos produtos, como os webjornais, acompanhando as tendências possibilitadas pela rede mundial de computadores. Mais recentemente, com a chamada web 2.0³, surgiram outras inovações, como o webjornalismo participativo, introduzindo a idéia de que todo o cidadão é potencialmente um repórter. Algumas experiências são desenvolvidas livremente, sem a

¹ Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Jornalista graduada pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: cristiane_lindemann@yahoo.com.br.

³ De acordo com Primo (2006), a Web 2.0 é a segunda geração de serviços on-line e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo, potencializando o trabalho coletivo, de troca efetiva, de produção e circulação de informações e de construção social de conhecimento apoiada pela informática.



mediação de jornalistas como editores⁴; outras utilizam o trabalho desses profissionais para seleção e edição do material que é enviado pelos internautas⁵. Há também *sites* em que os colaboradores são responsáveis pela escolha das notícias que serão veiculadas na página principal, através de sistemas de votação⁶.

O presente artigo parte desse contexto de transformações tecnológicas, considerando, juntamente com Silva (1997), que as novas tecnologias, por si só, não representam uma panacéia, mas os processos interativos, estes sim podem facilitar o surgimento e o desenvolvimento de um sistema comunicacional diferenciado, que supera o modelo emissor-meio-mensagem-receptor. Pode-se afirmar que os veículos massivos⁷ ainda mantêm este modelo comunicacional, apesar de não estarem totalmente dissociados da idéia de interação⁸. Entretanto, o diálogo estabelecido com o público, nos casos de TVs, meios impressos ou rádio, quando existente, se dá através de outros suportes, como telefones, cartas ou correio eletrônico. Há, portanto, um *feedback*, não uma interação que resulte em produção conjunta de conteúdo⁹.

A proposta deste artigo é, num primeiro momento, iluminar o webjornalismo participativo para compreender o seu funcionamento, que é diferenciado dos meios massivos. Posteriormente, pretende-se estabelecer uma reflexão crítica sobre a potencialização da interação no webjornalismo participativo e a decorrente (ou suposta) possibilidade de democratização da comunicação.

2 Interação e interatividade

Em consonância com Traquina (2005), considera-se que o jornalismo tem, acima de tudo, um papel social a cumprir, uma vez que é um campo do conhecimento capaz de (re) construir a realidade e até mesmo saberes sobre o mundo, através da circulação de

⁴ O *Wikinews* (<http://www.wikinews.org>) é o exemplo mais relevante de *site* colaborativo completamente aberto, em que os internautas podem adicionar notícias, modificar ou acrescentar informações naquelas que já foram publicadas.

⁵ O canal *Minha Notícia*, do portal *IG* (<http://www.minhanoticia.ig.com.br>) é um entre tantos *sites* e/ou canais que utilizam editores para filtrar, selecionar e editar os materiais enviados pelos internautas.

⁶ O *site Kuro5hin* (<http://www.kuro5hin.org>) funciona com sistema de votação onde os colaboradores escolhem as matérias que ficarão em destaque na página principal.

⁷ As expressões “veículos massivos”, “mídia de massa” ou “comunicação de massa” são utilizadas neste trabalho de acordo com a definição de Thompson (1998). Segundo ele, o que importa na comunicação de massa é o fato de que os produtos provêm de uma minoria e são oferecidos para uma pluralidade de destinatários, os quais não são passivos, mas, na maioria das vezes, têm poucas oportunidades de contribuir com o conteúdo. “As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Por isso os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco [...]” (THOMPSON, 1998, p. 31)

⁸ A palavra “interação” é empregada de acordo com o paradigma interacional, que valoriza a dinamicidade do processo comunicativo (PRIMO, 2000). Alguns autores utilizam o termo “interatividade” como sinônimo. A fundamentação teórica traz uma discussão sobre esses termos no item 2 Interação e interatividade.

⁹ É o que Primo (2005) chama de “interação mútua”.

idéias e informações. Essa prática social deve ocorrer, portanto, num ambiente democrático, onde profissionais e sociedade em geral (emissores e receptores) tenham a oportunidade de dialogar. Isso só é possível a partir do momento em que os processos interativos entre esses dois pólos são efetivados, ou seja, quando ocorre um processo comunicacional horizontal¹⁰, em que a centralidade da produção de informações é quebrada e todos os interagentes¹¹ passam a colaborar.

Primo (2000) lembra que o paradigma do processo da comunicação em tempos da teoria da informação sugerido por Shannon e Weaver em 1962¹² era compreendido como um fluxo linear¹³, de mão única – o que ainda ocorre com a maioria dos veículos massivos. Porém, com o desenvolvimento da teoria da comunicação, esse entendimento passou para um modelo com ênfase na *interação*. “Se o primeiro paradigma se fundamenta na transmissão linear e consecutiva de informações e na superioridade do emissor, o segundo valoriza a dinamicidade do processo, onde todos os participantes são atuantes na relação” (PRIMO, 2000, p.2).

O paradigma interacional do qual fala o autor envolve dois conceitos que costumam confundir-se ou são utilizados como sinônimo por alguns autores: interatividade e interação. Portanto, considera-se necessário esclarecer em que sentido o termo interação (o escolhido entre os dois) é utilizado neste trabalho.

Primo (2000) estuda a interatividade conforme os níveis de interação, sugerindo uma abordagem sistêmico-relacional do conceito, considerando que o foco deve estar na relação entre os interagentes, não apenas nas qualidades interativas que cada um pode apresentar. “Importa investigar o que se passa **entre** os sujeitos, **entre** o interagente humano e o computador, **entre** duas ou mais máquinas” (PRIMO, 2005, p.11).

O autor classifica a interação em reativa ou mútua. A primeira depende da previsibilidade e da automação das trocas, ou seja, o usuário pode apenas navegar em um hipertexto de um webjornal, escolhendo entre trilhas previsíveis já traçadas pelos programadores, sem criar novos caminhos; ou, então, “zapear” entre os canais televisivos pré-estabelecidos, sem interferir no conteúdo dos mesmos. Já a interação

¹⁰ Neste artigo denomina-se comunicação horizontal aquela em que não há distinção hierárquica entre emissores e receptores. Ambos têm a possibilidade de contribuir e de participar da produção de conteúdo.

¹¹ Primo (2003) sugere que o termo “usuário” seja substituído pelo termo “interagente”. Isso porque o primeiro remete à idéia de alguém que apenas usa a informação. Sendo assim, torna-se insuficiente quando se fala em interação.

¹² Shannon, C. & Weaver, W. **The mathematical theory communication**. Urbana, IL: University of Illinois, 1962.

¹³ Por fluxo linear entende-se o modelo emissor-receptor ou ação-reação, que reserva ao espectador apenas a “passividade”, permitindo-lhe tão somente o feedback, que teria apenas a função de comprovar a “eficácia” da mensagem (PRIMO, 2000).



mútua seria aquela em que há negociação entre os interagentes e cada ação tem impacto sobre a relação e o comportamento dos mesmos, e também sobre seus produtos, como ocorre em alguns *sites* de webjornalismo participativo. Neste caso, as soluções inventadas ou textos produzidos são apenas momentâneos, podendo sofrer modificações através da colaboração de outros interagentes.

A partir do que foi exposto, deixa-se claro como premissa de leitura deste artigo, que o termo “interação” é utilizado em consonância com a proposta de Primo (2005), quando diz que a “interação” é o elemento-chave da “interatividade”, podendo variar de nível. Considera-se que a interação mútua engloba características como, por exemplo, bidirecionalidade, permissão da influência do usuário, autonomia do interagente e transparência. Resumidamente, o termo “interação” refere-se a uma “ação entre”, que pode ocorrer em dois níveis (reativo ou mútuo), resultando num processo interativo.

3 Webjornalismo participativo: onde a interação é potencializada

Classifica-se como webjornalismo a prática jornalística em rede, viabilizada graças aos avanços tecnológicos iniciados na década de 70, que possui características potenciais como multimídia, hipertextualidade, atualização constante, entre outras. Agregada a esse contexto, a Web 2.0 faz emergir a prática aqui denominada webjornalismo participativo ou jornalismo participativo na Internet (JPI), tendo os dois termos o mesmo significado, que remete à idéia de produção e publicação de notícias na rede mundial de computadores a partir de qualquer usuário. Seria, em síntese, a prática jornalística aberta a todos – o que alguns autores chamam de jornalismo colaborativo, comunitário, cidadão, *open source*¹⁴ (código aberto), *peer-to-peer*¹⁵ etc.

A principal característica dessa lógica de produção é a superação do modelo comunicacional emissor-meio-mensagem-receptor, uma vez que este último torna-se um produtor de conteúdo em potencial, de modo que a fronteira entre produção e leitura não é nitidamente delimitada ou não existe (PRIMO; TRÄSEL, 2006). A idéia do JPI é, justamente, descentralizar a emissão, oportunizando uma amplitude de vozes no espaço

¹⁴ Conforme Moura (2002), o termo *open source* surge aplicado ao software que algumas pessoas criam e disponibilizam gratuitamente na rede para que qualquer usuário possa manipulá-lo, e vem sendo adaptado a outras áreas, como no caso do jornalismo, o que gerou a expressão *jornalismo open source*. Trata-se, portanto, da união da prática jornalística com a abertura do código-fonte de softwares, ou seja, as ferramentas de publicação. Conforme Träsel (2007), o espaço do webjornal é aberto para que os leitores possam colaborar enviando suas próprias reportagens, ou mesmo editando as reportagens de outros colaboradores.

¹⁵ Segundo Moura (2002) a expressão *jornalismo peer-to-peer* sugere um jornalismo que envolve a partilha de recursos e serviços através da troca entre sistemas.



público. Destaca-se, nesse processo, a possibilidade de interação mútua, que é facilitada graças às inovações tecnológicas, especialmente a Internet e a web 2.0.

O modelo de produção do webjornalismo participativo aproxima-se, muitas vezes, das experiências de jornalismo comunitário ou de imprensa alternativa, que surgem, geralmente, da insatisfação do povo frente às informações da mídia massiva. Um exemplo relevante, nesse sentido, é o *site Ohmynews* (<http://www.ohmynews.com>), criado em fevereiro de 2000 pelo jornalista sul-coreano Oh Yeon Ho, num momento em que seu país sofria os reflexos da ditadura da década de 80. O objetivo principal do projeto foi abrir um canal de expressão para a manifestação de idéias da sociedade civil, uma vez que os três grandes jornais existentes na época – *Chosun*, *Jong Ang* e *Dong-A Ilbos* – seguiam uma linha editorial conservadora (assim como as tv's e rádios), ligados ao governo federal (BRAMBILLA, 2006).

Inicialmente editado apenas em hangul, o alfabeto coreano, o *site* passou a ser editado também em inglês a partir de agosto de 2004, sob a denominação de *OhmyNews International* (<http://www.english.ohmynews.com>). A idéia de Oh Yeon Ho de que “cada cidadão é um repórter” deu certo e, de acordo com Brambilla (2006), em 2006 o jornal (inglês e coreano) já contava com aproximadamente 5 mil colaboradores.

Outro motivador para a criação de *sites* de webjornalismo participativo é a vontade do público de aprofundar-se em assuntos específicos, ou seja, segmentados. O *site Slashdot* (www.slashdot.org), por exemplo, discute tecnologia e informática. Fundado pelo programador americano Rob Malda em 1997, hoje o empreendimento pertence à *OpenSource Technology Group* e é referência mundial para notícias ligadas ao mundo digital. No Brasil, poderia-se citar o *site Overmundo* (www.overmundo.com.br) como exemplo de webjornalismo participativo segmentado. O espaço tem como tema a cultura brasileira, sendo que o objetivo é tornar visível a sua diversidade. Usuários de todo o país podem colaborar e são eles que definem o que será publicado e o que ganhará destaque no *site*, através de um sistema de votação.

É interessante constatar que as experiências de webjornalismo participativo vão ao encontro das idéias expostas por Enzensberger (1979, p. 101) há aproximadamente 30 anos, quando fez uma comparação entre o uso repressivo dos meios de comunicação e do uso emancipador dos mesmos, como mostra o quadro abaixo.



Uso repressivo dos meios de comunicação	Uso emancipador dos meios de comunicação
Programa de controle centralizado	Programas descentralizados
Um transmissor, muitos receptores	Cada receptor, um transmissor em potencial
Imobilização de indivíduos isolados	Mobilização das massas
Atitude passiva dos consumidores	Interação dos participantes, <i>feedback</i>
Processo de despolitização	Processo de aprendizagem política
Produção feita por especialistas	Produção coletiva
Controle por proprietários ou burocratas	Controle socializado por auto-organizações

As propostas de utilização emancipadora dos meios de comunicação são, em sua maioria, efetivadas com o webjornalismo participativo: há descentralização; cada receptor é também um emissor em potencial; a interatividade (ou interação mútua) é possível, desde que os internautas estejam dispostos a colaborar; e a produção é coletiva. Porém, uma diferença interessante é observada em relação ao último item – “controle socializado por auto-organizações”. No JPI, este controle (quando existe) é feito por jornalistas/editores de empresas de comunicação – e aí as interferências ideológicas, políticas e econômicas podem se sobressair – , pelos próprios internautas ou é inexistente.

No primeiro caso (controle feito por jornalistas/editores) pode-se citar como exemplo o canal *vc repórter* (<http://www.terra.com.br/vcreporter>), do *Portal Terra*. O projeto iniciou em fevereiro de 2005 e visa que os usuários colaborem com a produção jornalística, enviando fotos, vídeos, áudios ou depoimentos, por *e-mail* ou pelo celular. No entanto, a liberdade dos colaboradores é parcial, uma vez que o material por eles enviado é filtrado por editores do portal, podendo ser impedido de publicação.

No segundo caso (controle feito pelos internautas), pode-se exemplificar com o *Kuro5hin* (<http://www.kuro5hin.org>), que funciona sob o slogan "as melhores matérias do dia, escolhidas por você"¹⁶. O *site* permite não apenas a publicação de notícias, mas também disponibiliza espaço para comentários e debates sobre elas. Além disso, como sugere o próprio slogan, são os colaboradores que escolhem os textos a serem publicados.

¹⁶ "The best stories of the day, chosen by you". Tradução livre.



No terceiro caso (controle inexistente), tem-se como exemplo o *Wikinews* (<http://www.wikinews.org>). Baseado no sistema *wiki*¹⁷, o *site* é um projeto de notícias livre que permite não apenas a colaboração de qualquer internauta, mas também a edição de textos já publicados, usando para isso apenas um *browser*¹⁸ comum. Assim, erros podem ser consertados por qualquer pessoa, notícias podem ser ampliadas ou modificadas a todo o momento, sem que haja moderadores – o que caracteriza um processo comunicacional onde a interação mútua é efetivada.

Assume-se, portanto, com as tecnologias digitais, uma nova arquitetura social, que abre os canais de comunicação, permitindo um fluxo diferenciado de informações. Trata-se de um processo de interação onde os envolvidos são, ao mesmo tempo, produtores, emissores e receptores. Em alguns casos, porém, permanece a figura do jornalista como editor, filtrando o conteúdo produzido pelos internautas e impossibilitando a interação mútua. Mesmo assim, há que se considerar que o potencial de interação em práticas como o JPI é evidentemente maior que nas mídias impressas, radiofônicas e televisivas. Isso porque estas mantêm um sistema comunicacional que não permite trocas (Baudrillard apud Matuck, 1995) e suas produções são regidas com base em interesses ideológicos, políticos e econômicos.

4 JPI: uma prática efetivamente democrática?

Estabelecidas as condições e o ambiente em que o JPI se dá, ensaia-se aqui uma reflexão crítica sobre um tema que vem sendo estimulado a partir do surgimento de práticas como esta. Afinal, o webjornalismo participativo pode ser considerado uma comunicação efetivamente democrática? Como lembra Lévy (2005), a emergência da Internet e o surgimento da *World Wide Web* prolongaram a precedente evolução da esfera pública, introduzindo elementos radicalmente novos, como a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos (Lévy, 2005, p. 369). Acrescenta-se aí o desenvolvimento da web 2.0, que potencializa a comunicação horizontal, em caráter colaborativo e aberto. Dentro desse contexto considera-se que a

¹⁷ Sistema que permite a colaboração na produção de conteúdo na web, utilizando um *browser* comum e sem a necessidade de saber programar com a linguagem HTML.

¹⁸ Programa utilizado para navegar na Internet (*Internet Explorer* ou *Netscape*, por exemplo). Habilita seus usuários a interagirem com documentos HTML hospedados em um servidor Web.



revolução do ciberespaço¹⁹ tem potencial para reestruturar as relações na esfera pública, o que pode resultar em significativas repercussões sobre a vida democrática.

Frisa-se, desde já, que esta observação não tem caráter impositivo, nem se apóia em determinismo tecnológico. Pelo contrário, propõe-se neste momento uma discussão acerca dos possíveis vieses (positivos ou negativos, verdadeiros ou falsos) desta “comunicação democrática”. O que se sustenta, de antemão, é que as possibilidades de interação na Internet têm gerado situações que desestruturam a organização comunicacional dos meios massivos, ou seja, aquela em que os receptores não têm (ou raramente têm) opções de participação efetiva na construção das mensagens. Nesse novo cenário, observa Lévy (2005), os mediadores culturais tradicionais perdem a influência, o que significa um salto sem precedentes na liberdade de expressão.

Discorda-se, em parte, da afirmação deste autor. Afinal, sabe-se que a possibilidade de participação das mais diversas vozes da sociedade é fato recorrente na cibercultura, e o JPI evidencia isso. Contudo, os mediadores tradicionais não perdem sua influência, mesmo concorrendo com fontes de informação alternativas, como os *blogs* ou os próprios *sites* de webjornalismo participativo. Há que se considerar que, apesar da aparente “democratização da comunicação” possibilitada pela Internet, ainda são as megacorporações que dominam o mercado mundial da comunicação: Disney, AOL-Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom e Bertelsman (LEÓN, 2005). Por isso,

O ciberespaço, por si mesmo, está longe de inaugurar uma nova era emancipadora. Embora a Internet esteja revolucionando o modo como levamos nossas vidas, trata-se de uma revolução que em nada modifica a identidade e natureza do montante cada vez mais exclusivo e minoritário daqueles que detêm as riquezas e continuam no poder (SANTAELLA, 2003, p. 75).

Nesse sentido, Arbex Jr. (2005) alerta para o fato de que o monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia impede o debate plural e democrático das idéias, torna invisível e até mesmo “demoniza” atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades. Trata-se de uma visão mercadológica com princípios comerciais, onde “o que conta são os critérios

¹⁹ Lemos (2004) entende o ciberespaço sob dois aspectos: como o lugar onde estamos quando entramos em um ambiente simulado, de realidade virtual, e como o conjunto de redes de computadores, interligados ou não, em todo o planeta, a Internet.

de rentabilidade, acima dos critérios públicos, e o paradigma consumidor(a) por sobre o de cidadão(ã)” (LEÓN, 2005, p. 404).

Portanto, a idéia de Lévy (2005, p. 367), de que “a Internet propõe um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal, que dá margem à renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos” deve ser analisada com cautela, não podendo ser generalizada. Assim como o rádio não causou uma ruptura com o impresso, nem a televisão anulou a existência desses dois (apenas para citar exemplos), também a Internet não está aí para anular seus precedentes. Ela apenas trouxe novas possibilidades de produção, veiculação e recepção de informações, num outro ambiente comunicacional. Os produtos daí decorrentes convivem com outros que, não raras vezes, são produzidos por grandes corporações midiáticas, mantidas por interesses comerciais e ideológicos.

O trabalho destas megacorporações resulta, na maioria das vezes, em informações homogêneas, que sufocam a produção cultural local e impõem gostos, impedindo a disseminação de posições contrárias ou distintas (ARBEX JR., 2005). Trata-se de um sistema onde a participação da sociedade é praticamente nula, estimulando uma comunicação que não tem caráter democrático e que vai contra o exercício das liberdades fundamentais previstas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, como os direitos à “liberdade de opinião e expressão” (artigo 19), de “tomar parte nos negócios públicos” (artigo 21), de “exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais” (artigo 22) e de “tomar parte livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultam” (artigo 27) (ARBEX JR., 2005).

Assim, a mídia monopolizada nada tem a ver com a suposta ‘liberdade de informação’ pretensamente assegurada pelas economias capitalistas liberais. Ao contrário: ainda que as várias corporações que controlam a ‘grande mídia’ disputem o mercado e persigam o ‘furo’ jornalístico, isso não é suficiente para assegurar a livre circulação das informações [...]. Além disso, não raro os compromissos políticos são mais fortes do que a concorrência, o que faz com que certas notícias simplesmente não sejam divulgadas, ao passo que outras são intensamente fabricadas. (ARBEX JR., 2005, p. 390)

A força das possibilidades democráticas pode estar, segundo Gomes (2005), no advento dos novos meios de comunicação, que possuem características estruturais e circunstanciais que parecem adequadas para melhorar a qualidade democrática das sociedades contemporâneas, sobretudo porque trazem consigo vantagens suplementares



para o incremento da participação democrática, como descrito na seção anterior deste trabalho. Já para León (2005, p. 402), “a democratização da comunicação é antes de tudo uma questão de cidadania e justiça social, que se demarca no direito humano à informação e à comunicação”. Quer dizer, depende de uma cidadania deliberante, capaz de participar na tomada de decisões sobre os assuntos públicos.

O JPI pode vir a ser, nesse contexto, uma prática que vai ao encontro dos princípios de democratização da comunicação. Assim como o chamado jornalismo cívico²⁰ e as rádios comunitárias, por exemplo, o JPI também tem como pano de fundo a insatisfação com a mídia tradicional. Uma vez que o jornalismo também foi afetado pela lógica de difusão de mensagens que promovam o consumismo, não havendo referência a cidadãos ou cidadãs, mas a consumidores e consumidoras, e, “para chegar até eles, a prioridade é conseguir criar produtos padronizados para todos os públicos, a despeito de seus extratos sociais, países ou culturas” (LEÓN, 2005, p. 407), emerge do público a vontade de receber produtos diferenciados, que mostrem culturas locais e tradicionais ou outros fatos que tenham algo de singular, nas palavras de Adelmo Genro Filho²¹.

Um exemplo interessante, nesse sentido, é o *site* de webjornalismo participativo Centro de Mídia Independente (CMI) ou *Indymedia* (<http://www.indymedia.org>), que surgiu em 1999 a partir de um grupo de ativistas envolvidos na cobertura das manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle. Constituindo uma espécie de agência de notícia militante e descentralizada, o *site* autorizava qualquer pessoa a enviar seus textos, gravações de áudio e vídeo, sem qualquer tipo de censura por parte de algum comitê editorial. Da mesma forma, o *site* *OhmyNews* (<http://www.ohmynews.com>) também foi projetado a partir da insatisfação com o conteúdo veiculado pela mídia tradicional, como visto na seção anterior.

Iniciativas como estas são facilitadas graças à Internet e ao seu caráter democrático, como ressalta Gomes (2005). Segundo o autor, vozes minoritárias ou excluídas, que não costumam ser ouvidas, estão fora do concerto porque pertencem a grupos, classes ou povos que são socialmente postos à margem dos fluxos predominantes de comunicação. Outras são atribuídas por grupos de natureza arredia à

²⁰ O jornalismo cívico foi cunhado nos Estados Unidos a partir dos anos 1990 e sustenta que o sistema emissor-canal/mensagem-receptor não funciona mais em apenas um sentido, mas que há interação constante, principalmente por iniciativa do receptor. (FERNANDES, 2002).

²¹ Adelmo Genro Filho (1989) elenca três categorias para fundamentar esta construção do conceito de jornalismo: o singular, o particular e o universal. Essas categorias representam dimensões reais e objetivas de existência de todas as coisas do mundo. O singular seriam as peculiaridades que um fato, por exemplo, apresenta de diferente dos demais. Segundo o autor, aí está a essência do jornalismo.



participação política em suas formas mais tradicionais. A enunciação dessas vozes é facilitada graças à Internet, sendo que em outros meios geralmente encontram dificuldades para expandir-se. “Os donos do monopólio pressionam o governo e os políticos no sentido de impedir, desestimular ou proibir a formação de rádios comunitárias e de meios de comunicação alternativos e independentes do grande capital” (ARBEX JR. 2005, p. 389).

Portanto, observa-se que o desenvolvimento do ciberespaço está resultando em novas práticas sociais. Porém, desapropriados desses meios alternativos, resta à maioria dos receptores a limitação de informar-se através das mídias de massa, como jornais, revistas, rádios ou canais televisivos, que, na maioria das vezes, têm seu conteúdo manipulado conforme as normas empresariais.

O MST oferece um manancial de exemplos da manipulação da informação. A mídia oculta aos olhos de telespectadores e leitores os aspectos mais importantes e edificantes do movimento, em geral tratado como um ‘bando’ de malfeitores. Poucos sabem, como resultado, que o MST educa, por meio do método Paulo Freire, mais de 100 mil crianças nas escolas construídas em seus assentamentos, e que a experiência é premiada pela Unesco, no ano 2000, por sua ‘excelência pedagógica’. Ou que o MST já recebeu vários prêmios internacionais, por ter desenvolvido novas tecnologias de desidratação de alimentos e formas de cultivo que respeitam os ecossistemas. Ou, ainda, que o MST tornou-se indispensável à economia de vários pequenos municípios no interior do Brasil, como o de Querência do Norte (Paraná), onde os lavradores assentados e as cooperativas são responsáveis pela maior parte do comércio local. Em contrapartida, ‘notícias’ jamais comprovadas de ‘prática de corrupção’ por parte do movimento ocupam grandes manchetes de jornais. (ARBEX JR., 2005, p. 388)

Sem espaço na mídia tradicional, os grupos excluídos ou “manipulados” conforme a ideologia e os interesses econômicos das empresas jornalísticas, têm no ciberespaço uma oportunidade de fazer-se ver. “Mesmo países em desenvolvimento como o Brasil, com todas as contradições e exclusões que lhes são próprias, não estão fora da revolução digital e da nova ordem econômica, social e cultural mundializada [...]” (SANTAELLA, 2003, p. 18). Há que se considerar, no entanto, que, apesar de o país estar mergulhado nessa revolução digital, nem todas as instituições, setores da sociedade e atores sociais têm acesso e possibilidade de usufruir dela.

Frente a essa realidade, algumas iniciativas buscam minimizar a exclusão digital, como a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, determinada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceu em duas etapas (em 2003 em Genebra, na Suíça e em 2005 na Tunísia) e teve o objetivo declarado de ajudar



no desenvolvimento de uma Sociedade da Informação para todos. Participaram do primeiro encontro representantes de empresas, governos e da sociedade civil de 75 países. De acordo com DELARBRE (2006) dois grandes temas ficaram pendentes no encontro de Genebra: o financiamento para que os países mais pobres possam diminuir a brecha digital e as formas de governo para a Internet.

Menos de 3% dos africanos têm acesso a algum serviço de telecomunicação. Nos países mais pobres do mundo a Internet chega a menos de 1% da população. E, além disso, o acesso tem diferenças que parecem irreparáveis na qualidade das conexões. Somente 1% dos habitantes do planeta desfrutam de conexões de alta velocidade para a Internet. Os 400.000 habitantes de Luxemburgo compartilham mais condições de banda de Internet do que os 760 milhões que estão na África. (DELLARBRE, 2006, p. 25)²²

Os dados apresentados pelo autor evidenciam que a exclusão digital impede a generalização da idéia de que a Internet pode ser a solução para uma comunicação democrática. Dellarbre (2006) sustenta que a sociedade da informação tem paradoxos e insuficiências que impedem entusiasmos frente à sua imponente oferta de conteúdos. Sendo assim, tanto a Internet quanto outros espaços da sociedade da informação seguem limitados pela insuficiente cobertura que alcançam dentro das sociedades.

No Brasil, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³, constatou que apenas 32,1 milhões de pessoas utilizaram a rede mundial de computadores no país em 2005, o que corresponde a cerca de 21% da população. Já os dados da pesquisa divulgada em dezembro de 2006 pelo Comitê Gestor de Internet (CGI)²⁴ no Brasil, sobre o uso da rede, mostram um total de 42 milhões de usuários no país, o que corresponde a 28% de uma população de 187 milhões de pessoas.

Como se percebe, o acesso à rede mundial de computadores no Brasil ainda está restrito às minorias, o que relativiza a afirmação de Lévy quando diz que “o ciberespaço

²² “Menos del 3% de los africanos tiene acceso a algún servicio de telecomunicación. En los países más pobres del mundo Internet llega a menos del 1% de la población. I además del acceso hay diferencias que parecen insalvables en la calidad de las conexiones. Solo el 1% de los habitantes del planeta disfruta de enlaces de alta velocidad para Internet. Los 400.000 habitantes de Luxemburgo comparten más ancho de banda de Internet que los 760 millones que hay en África” (DELLARBRE, 2006, p. 25). Tradução livre.

²³ Estes dados fazem parte da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD – 2005) sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no país. Realizado em parceria com o Comitê Gestor da Internet, o levantamento traçou o perfil dos usuários de *internet* e telefone celular. Fonte: <http://www.agenciabrasil.gov.br> Acesso em: 17 abril 2007.

²⁴ O Comitê Gestor de Internet (CGI) no Brasil foi criado em maio de 1995 e é responsável pela coordenação e integração dos serviços de Internet no país. É composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. O CGI realiza pesquisas em parceria com o IBGE e com o Ibope NetRatings. Fonte: <http://www.cgi.br>. Pesquisas sobre TIC Domicílio 2005 e 2006 em <http://.nic.br/indicadores>. Acesso em 17 de abril de 2007.

é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente” (LÉVY, 2005, p. 375). A inclusão só será possível a partir do momento em que as pessoas tiverem acesso ao suporte técnico necessário para navegar no ciberespaço, o que parece estar distante da maior parte da população brasileira.

5 Considerações finais

A partir do que foi exposto, depreende-se que a idealização de uma comunicação democrática, baseada na interação mútua, que coloca o público como agente e a informação como produto social, cuja socialização se dá não apenas no consumo de representações prontas e acabadas, mas na produção das mesmas, parece estar distante de efetivar-se. Como diz Gomes,

um meio de comunicação, *per se*, não basta para modificar o sistema político.

[...]

O que dizer disso tudo? Recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. Recursos tecnológicos são instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças. A internet não frustrou expectativas de participação política porque tampouco poderia formular promessas de transformação da democracia. É um ambiente, um meio que, como ainda é claro para todos, está pleno de possibilidades, desde que as sociedades consigam dela retirar tudo o que de vantajoso à democracia pode oferecer (Hamlett, 2003). E aparentemente a sociedade civil e o Estado não têm ainda conseguido explorar plenamente as possibilidades favoráveis à democracia que a internet contém (GOMES, 2005, p. 73 e 75).

Após doze anos da estabilização da Internet em caráter comercial no Brasil, pode-se aferir que as mídias de massa ainda predominam frente ao grande público. Contudo, é preciso ter consciência das iniciativas que lutam pela diversidade cultural. Segundo León (2005) existem caminhos abertos para uma multiplicidade de iniciativas como, por exemplo, grupos empenhados em garantir o acesso universal e a apropriação efetiva das novas tecnologias de informação e comunicação; organismos empenhados em monitorar e implementar ações críticas contra conteúdos de discriminação; associações de usuários para exercer pressão sobre a programação dos meios de comunicação; meios independentes, comunitários ou alternativos, comprometidos com a democratização da comunicação; redes cidadãs e de intercâmbio informativo articuladas via Internet; pesquisadores que contribuem para desvendar as chaves do sistema imperante e apontar



saídas possíveis; associações de jornalistas que levantam a bandeira da ética e da independência; redes de educação popular; observatórios em prol da liberdade de informação; associações para opor-se aos monopólios e movimentos em defesa dos meios de caráter público (LEÓN, 2005, p. 408-409).

Em consonância com León (2005), considera-se que o direito à comunicação deve ter um enfoque interativo²⁵ – portanto, democrático –, no qual os atores sociais são sujeitos da produção informativa e não meros receptores da informação. Nesse sentido, um passo para a democratização da comunicação deve ser o resgate e incentivo à criação de meios de comunicação públicos de caráter cidadão, que favoreçam o desenvolvimento de uma informação diversa, plural e com perspectiva de gênero.

Como se vê, é preciso empreender um certo esforço para que as tecnologias da comunicação e da informação possam, efetivamente, resultar em uma perspectiva transformadora, de caráter democrático. Para que tais ambições sejam realizadas, será necessário um envolvimento estimulante da sociedade como um todo, o que inclui a ação de empresas e instituições públicas e privadas, sociedade civil e governos. Nesse cenário, o webjornalismo participativo é, evidentemente, uma prática democrática, mas que ainda está acessível a uma minoria (quadro este que só poderá ser revertido no momento em que a Internet penetrar com mais intensidade nas sociedades).

Referências

ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis de (org). **Por uma outra comunicação**. 3 ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005. p. 385-400.

BRAMBILLA, Ana Maria. **Jornalismo open source: discussão e experimentação do OhmyNews International**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação. Mestrado em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2006.

DELARBRE, Raúl Trejo. **Vivendo no Aleph: a sociedade da informação e seus labirintos**. Barcelona: Gedisa: ILSE, 2006.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Biblioteca tempo universitário, 56. Rio de Janeiro, 1979.

FERNANDES, Márcio. Jornalismo cívico: um estudo comparado dos modelos americano e brasileiro. In: HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (orgs). **Jornalismo no século XXI: a cidadania**. Porto Alegre: Mercado aberto, 2002. p. 95-108.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2.ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

²⁵ Termo utilizado pelo autor. Leia-se “interação mútua”.



GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Faculdade de Comunicação Social, PUCRS. n. 27. Porto Alegre: EDIPUCRS, ago. 2005. p. 58-78.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004. 295 p.

LEÓN, Osvaldo. Para uma agenda social em comunicação. In: MORAES, Denis de (org). **Por uma outra comunicação**. 3 ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005. p. 401-414.

LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Denis de (org). **Por uma outra comunicação**. 3 ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2005. p. 367-384.

MOURA, Catarina. **O jornalismo na era Slashdot**. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moura-catarina-jornalismo-slashdot.pdf>. Acesso em 24 jul. 2006.

PRIMO, Alex. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. In: **Revista Famecos**. Faculdade de Comunicação Social, PUCRS. n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

PRIMO, Alex. **Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador**. 4040 NotFound, n.45, 2005. Disponível em http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_45.htm.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Universidade de Brasília (Unb). Brasília, 2006.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. In: **UNIREvista**. vol. 1, nº 3, julho/2006. Disponível em: www.unirevista.unisinos.br. Acesso em 10 ago. 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory communication**. Urbana, IL: University of Illinois, 1962.

SILVA, Luis Martins da. Imprensa, discurso e interatividade. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, SérgioDayrell (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 253-271.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998. 261p.

TRÄSEL, Marcelo. **A pluralização no webjornalismo participativo: uma análise das intervenções no Wikinews e no Kuro5hin**. Dissertação. Mestrado em Comunicação e Informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, fevereiro de 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. vol 1. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.